

# APP-LEARNING NO CONTEXTO DE GREVE E OCUPAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II

*Joelma Fabiane Ferreira Almeida<sup>1</sup>  
Edmea Santos<sup>2</sup>*

---

## Resumo

Apresentamos aqui aspectos formativos acionados nos usos de aplicativos em movimentos sociais. A partir de uma ciberpesquisa-formação buscamos compreender como formam e se formam docentes envolvidos em processos político-pedagógicos mediados pela criação e uso desses dispositivos em contextos de greve e ocupação do Colégio Pedro II. Experiências de pesquisa e de app-learning foram vivenciadas na ambiência formativa mediada pelo “App-MobilizaCP2”, criado no cotidiano desses movimentos. Defendemos o ocupar e a greve nas escolas como novos fenômenos de luta e formação de seus sujeitos, ocorridos na interface cidade-ciberespaço e em meio às ações curriculares emergentes.

**Palavras-chaves:** ciberpesquisa-formação, app-learning, movimentos sociais.

## APP-LEARNING IN THE CONTEXT OF STRIKE AND OCCUPATION AT COLÉGIO PEDRO II

---

## Abstract

This article discusses formative aspects triggered by uses of mobile *apps* in social movements. From a teaching researcher in cyberculture, we sought to understand teachers' practices, their teachings and their formation, when they lived political-pedagogical processes mediated by the uses of a mobile app

---

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

in the context of strike and occupation of Colégio Pedro II. Research and formative experiences and app-learning were experienced in the formative environment mediated by the "App-MobilizaCP2". This mobile app had been created in the daily life of these movements. By this way, we present the occupy and the strike in schools as a new phenomena of human formation, where people becomes conscious and active citizens by democratic practices of resistance that happen in the interface city-cyberspace. We defend that these actions are facts that constitute the school curriculum in practice.

**Key-words:** Keywords: teacher-training research in cyberculture, app-learning, social movements.

## **INTRODUÇÃO: NOVOS CENÁRIOS SOCIOTÉCNICOS PARA PENSAR RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIBERCULTURA**

A evolução tecnológica dos sistemas e redes de comunicação vem interferindo diretamente na sociedade e provocando significativas mudanças nos modos de pensar, comunicar, agir e aprender das pessoas. Se a criação da Internet foi uma revolução na comunicação, a imersão humana no ciberespaço constantemente faz emergir novas formas de nos relacionarmos com o mundo. Nossos hábitos, nossas culturas, as formas de comunicação e, inclusive, as formas de perceber esse mundo migraram de uma condição de uso, armazenamento e processamento de dados, para relações complexas e potenciais de conexão generalizada, cocriação e interatividade na interface cidade-ciberespaço.

Para compreender a cibercultura, buscamos inspiração em Levy (1999), Lemos (2004) e Santos (2014) cujas abordagens acerca desse conceito dialogam entre si. Eles a apresentam como um complexo contexto cultural contemporâneo, em que as relações humanas são mediadas pelas tecnologias digitais em rede. Tratam-se de encontros de diferentes realidades,

caracterizadas pelo conjunto de produções culturais múltiplas e fenômenos sociotécnicos emergentes das relações híbridas entre seres humanos e artefatos tecnológicos. Relações estas que convergiram para *espaçotempos* onde as pessoas estão em constante e potencial processo comunicacional, perpassando pelo sentimento de conexão generalizada instaurado pelas redes digitais.

Somadas a isso, dimensões como interatividade, convergência tecnológica, intensificação da conectividade, mobilidade, ubiquidade e os sentidos que emergem em nossas vidas através dos usos que fazemos dos computadores como máquinas semânticas (SANTAELLA, 2010), são aspectos da cibercultura que têm sido alvo de estudos científicos no Brasil e no mundo. Fortemente marcadas pela comunicação em deslocamento, essas formas de habitar na interface cidade-ciberespaço configuram a possibilidade de estarmos em diferentes *espaçotempos*, cuja vivência se materializa em acessos e interações com/através de tecnologias multifuncionais, como tablets e smartphones.

Levy (1999) sinaliza a cibercultura como a transformação cultural mais veloz da civilização e acredita na necessidade de um olhar mais apurado e a longo prazo para compreendermos as transformações criadas por uma geração interconectada. Desde o surgimento da web 2.0, conhecimentos específicos de linguagens como HTML, por exemplo, já não são mais a condição essencial para que se produza e disponibilize conteúdos em/na rede. Isso não significa porém, que as formas de interação em rede tenham se tornado mais simples. Novos arranjos espaço-temporais surgiram e neles aflorou uma inteligência altamente variável e coletiva (LEVY, 1999).

Ao refletir nosso papel como educadores nesse contexto plural da vida na cidade e no ciberespaço, sentimos a necessidade de uma compreensão das invenções dos sujeitos no cotidiano de suas práticas, que nos ajude a entender espaços plurais de docência e formação *dentrofora* da escola. Assim, vislumbramos as práticas docentes como ações que

aproximem as noções de educação e cibercultura. Não como uma cultura a ser pedagogizada ou explicada, mas que seja vivenciada e refletida na/pela escola tal como ela é. Eis então que propomos com este artigo algumas reflexões sobre a relação escola-cultura contemporânea ao trazermos práticas ciberculturais e narrativas de docentes que vivenciaram a greve e a ocupação do Colégio Pedro II em 2016.

Partimos da ideia que pensar a educação de nosso tempo não nos permite focar no caráter uno, individualista, dos sujeitos. Vislumbramos a escola como um lugar de múltiplos encontros, que comporta diferentes realidades e pessoas em movimentos contínuos de formação. Nesse contexto, cada pessoa é um indivíduo e ao mesmo tempo um coletivo, porque estamos de alguma forma conectados em rede. As tecnologias são artefatos culturais de nosso tempo e elas estão na escola. Diante disso, portanto, defendemos a necessidade de reflexões críticas sobre os usos que fazemos desses artefatos, inclusive os usos políticos.

Como um exemplo das mudanças vividas nos usos do digital em rede, podemos afirmar que em nenhum outro tempo as pessoas leram e escreveram publicamente e com tanta facilidade. E um dos dispositivos digitais bastante utilizado para esta e outras funcionalidades tem sido o celular, mais especificamente o smartphone e seus aplicativos. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, até meados de 2016, o número de aparelhos smartphones em uso no Brasil já passava dos 160 milhões, com estimativa de um alcance de mais de 200 milhões para 2018.

É nesse cenário que podemos encontrar diversos aplicativos que podem ser usados para potencializar novas formas, criativas e autorais, de *ensinoaprendizagem* e formação, inclusive a formação política, de praticantes imersos na cibercultura. Além de *apps* que causaram furor no ano de 2016 como *PokemonGo* (da Niantic) e *PhotoScan* (da Google), um exemplo desses artefatos que também vale ressaltar é o recém criado *App Mudamos+*. Brasileiro, este *app* foi pensado

como uma alternativa amplamente disponível e confiável para a arrecadação segura de assinaturas on-line com validação legal para a aprovação de projetos de lei de interesse da população. No caso desse artigo, apresentaremos a experiência formativa vivida através da criação e uso do *App* MobilizaCP2 no contexto de greve e ocupação do Colégio Pedro II.

O interesse nos movimentos sociais como objeto de estudo nasceu da experiência vivida na greve, mas por ter sido um fenômeno coexistente nos espaços da cidade e do ciberespaço, é algo que ainda vive, como um campo que pode ser revisitado num *click* ou *touch*. Embora os campi tenham sido desocupados e a greve tenha acabado, narrativas, imagens e tudo o que foi criado nas redes sociais digitais permanece disponível e em ação. Inclusive o *App* MobilizaCP2.

Considerando a Internet como uma tecnologia interativa e a atuação humana no ciberespaço, as experiências que as redes digitais nos permitem vivenciar, de experimentar o “tempo real” e o “conhecimento por simulação”; de participar de comunidades virtuais e de fóruns planetários; de estudarmos e nos formarmos em cursos superiores a distância e em mobilidade, coloca-nos diante do desafio de acompanhar o imenso fluxo de linguagens no qual estamos imersos, ou de, pelo menos, sermos capazes de lidar com a contínua e acelerada transformação tecnológica e suas consequências para a vida no mundo.

Política, ciência, formação, tudo está em rede. O cenário político e social brasileiro, por sua vez é complexo e conflituoso e se encontra imerso na cultura do digital em rede. Estamos diante de uma nova configuração nas maneiras de comunicar os fatos e expressar nossas dúvidas e opiniões. Vivemos inclusive uma nova forma de democracia com os movimentos sociais na era da web. Aquela em que surgem novas formas coletivas de deliberar, discutir e representar opiniões que afetem as tomadas de decisões na política. Corroboramos o pensamento de Castells (2013, p.181) sobre essa nova configuração de

luta social que traz como legado “afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia”.

Nesse ambiente político e cultural imerso na interconexão mundial de tecnologias, lugares e pessoas, todo sujeito pode ser um praticante cultural que aciona meios de cocriação, acesso, captura e modificação de conteúdos; disponibiliza informações em vez de só recebê-las; cria comunidades pautadas em interesses comuns que mobilizam (são exemplos atuais as manifestações de apoio a movimentos sociais no Brasil como #UERJResiste e #EuDefendoOCPII) e coletivizam saberes, negando a condição de mero espectador da mídia de massa. Mas é um espaço onde também afloram situações de conflito e violência que se constituem e *viralizam* nas mesmas condições de velocidade e coletividade. Um espaço de constantes relações entre poder e contrapoder. São alguns desses exemplos: ciberfacismo, cyberbullying, ataques a pessoas (racismo, homofobia) ou instituições nas redes sociais.

Corroboramos a noção de que a cibercultura é sobretudo um fenômeno humano, tal como alguns estudiosos da área afirmam, mediante os usos que fazemos dessas tecnologias. Rocha (2012, p.31) reforça essa ideia:

A cultura contemporânea mediada pelo digital em rede, cibercultura, traduz formas de se estar no ciberespaço e nas cidades, com suas técnicas, práticas, atitudes, navegações, mas principalmente com tudo aquilo que é do humano: valores e crenças, tanto quanto virtudes e errâncias. As expressões que estão no ciberespaço são expressões de nós mesmos, com todas as contradições presentes em nossa realidade. As tecnologias digitais em rede não são atores autônomos, separados da sociedade e da cultura na qual estão imersos, o ser humano não pode estar separado de seu ambiente material, por meio do qual atribui sentidos à sua vida cotidiana.

Assim, acreditamos que embora as práticas pedagógicas escolares ainda se configurem como uso de tecnologias para mero apoio ao processo de *ensinaraprender*, os atuais movimentos de ocupação e greve nas escolas se efetivam como fenômenos formativos da/na cibercultura e vêm nos ensinar que a formação de professores e alunos acontece na interface cidade-ciberespaço, em meio às ações curriculares emergentes. Acreditamos também que esta realidade corrobora a formação para a cidadania como um elemento de união entre educação e movimentos sociais e que suas novas formas de organização nos revelam práticas de informática segundo as perspectivas de inclusão cibercultural e de um saber transversal de nosso tempo.

## 1 O MERGULHO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS ATRAVÉS DA PESQUISA-FORMAÇÃO NA CIBER-CULTURA

Praticar a ciberpesquisa-formação é assumir que pesquisa e docência são atos imbricados que afetam e são afetados pelas realidades as quais pertencem e que são focos de nossos estudos. Investimos assim num método de fazer ciência em que o caminho se revela ao caminhar e na emergência de um sujeito-coletivo que aprende enquanto ensina e pesquisa e pesquisa e ensina enquanto aprende (SANTOS, 2014, p.17). E o contexto em que esse envolvente movimento de compreensão do real se dá é o da cultura contemporânea mediada pelo digital em rede. Praticamos e pensamos a pesquisa-formação como um constante movimento experiencial de reflexão sobre o vivido.

Para tanto, focamos em esforços teórico-metodológicos que nos ajudem a compreender a realidade através do movimento de interpretação das expressões que emergem nos/dos processos comunicativos entre os praticantes. Nossa intenção é sair da ideia do “é isso ou aquilo” e passar para “é isso, é aquilo e aquilo outro também”, numa perspectiva cotidianista de não buscar entender o que está certo ou errado,

mas sim a compreensão do que são as práticas cotidianas em ato. Dessa forma, nosso interesse está na reflexão das práticas docentes, seja na escola, na cidade ou no ciberespaço, como atos potenciais de formação.

Como referências, Santos (2014) e Macedo (2006) nos apresentam a pesquisa-formação como um modo crítico de fazer ciência, inspirado na etnopesquisa, onde não há uma teoria prévia a ser verificada e a verdade tem caráter provisório e relativo, fruto da observação atenta de tudo (o inesperado, as incertezas, as contradições) que possa ser comunicado, interpretado e assimilado. Nesse método, o docente-pesquisador não está neutro, mas é também sujeito e precisa criar ambiências que permitam a aproximação (diálogo) máxima, horizontal e constante com os praticantes, estabelecendo uma relação de interdependência com o outro e com o contexto. E é assim que temos nos submetido ao mergulho na aventura de compreender o fenômeno da formação em movimentos sociais ciberculturais, vivida pelos docentes do Colégio Pedro II.

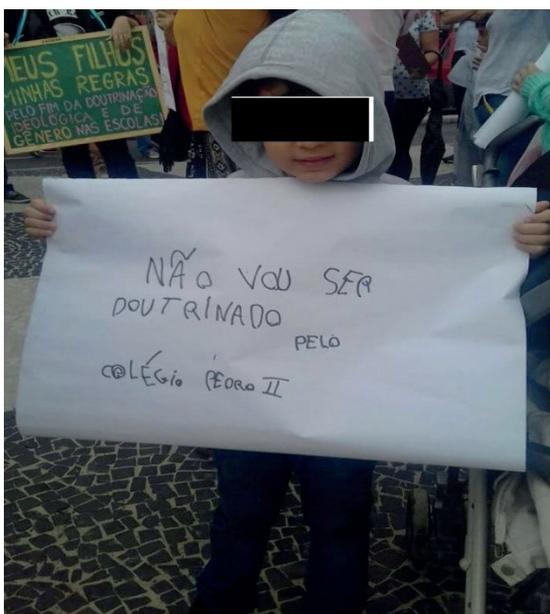
Para tanto, investimos no diálogo epistemológico com a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, em que trazemos como referência Alves (2008), entendendo como essencial a compreensão dos acontecimentos culturais e dos modos como os praticantes se relacionam uns com os outros e com os artefatos ciberculturais. Estes por sua vez, estão no cotidiano e invadem as escolas. E assim acreditamos que a realidade aqui abordada se desenha nas nossas vivências ciberculturais de (co)autoria em um movimento de greve e ocupação de uma importante escola pública brasileira.

Em nossas pesquisas defendemos que a formação docente se dá em redes educativas múltiplas (ALVES, 2010) cujas articulações entre si são potencializadas na/pela cibercultura. Isto significa dizer que consideramos formativas não só as instituições formais de *aprendizagem* *in* *sino*, mas sim toda e qualquer ambiência que faça parte da realidade vivida pelos praticantes no híbrido escola-cidade-ciberespaço; os *espaçostempos* onde cohabitam, com todas as suas incoerências,

surpresas, desafios e saberes emergentes. Assim, iniciamos nossas vivências de docência e pesquisa em diferentes espaços da escola e da cidade, onde vários atos de greve e de ocupação aconteceram.

Uma das autoras deste artigo, professora do Colégio Pedro II, vivenciou em 2016 o fenômeno cibercultural das manifestações que aconteceram dentro e fora da escola, acerca de decisões e fatos ocorridos no Colégio que historicamente é uma instituição pautada na criticidade do mundo. Discussões sobre a retirada da identificação de gênero do uniforme escolar e a ocupação de vários campi por alunos contra o “Movimento Escola sem Partido” e a “Reforma no Ensino Médio” foram motivos de manifestações de ódio e repúdio ao Colégio e às práticas supostamente doutrinárias de seus docentes (imagem 1). Imagens e narrativas de amor (imagem 2) e ódio (imagem 3), *viralizadas* na Internet, sobretudo nas redes sociais, se estenderam às manifestações ocorridas em espaços públicos da cidade.

**Imagem 1: Criança em manifestação organizada por responsáveis por alunos do Colégio Pedro II, contra a retirada de identificação de gênero pelo uniforme escolar, em Copacabana, RJ, 2016.**



Fonte: [www.facebook.com.br](http://www.facebook.com.br)

## Imagem 2: página criada no Facebook por uma docente do colégio, com o objetivo de disponibilizar um espaço para relatos de amor ao CPII em resposta aos ataques sofridos.



Fonte: www.facebook.com

## Imagem 3: comentários sobre a portaria de fim da distinção de gênero no uniforme do CPII



### Pedro Duarte

Agora parece moda ser gay! 20 anos atrás tinha isso????? Não lembro de nenhum colega gay na escola. Só prova que não passa de modinha e uma ideia que os representantes do movimento LGBT querem entubar na mente das crianças! Se fosse "genético" como falam, deveria existir esse grande número de gays em 1980, 1990....

21 de set de 2016 · Editado · Curtir · Responder · 4

### Ver 1 resposta anterior



Pedro Duarte Aiii juro...hahahahhaahaha



### Raphael Cardoso

Como pode um bando de babacas, sujar o nome de uma instituição de ensino renomada. Se uma parcela dessa escola quer ser puta ou fazer sexo com o rabo que façam em o outro local, mas colocar a escola em uma posição vergonha é totalmente inadmissível. Pior disso tudo são as pessoas que estão de frente na direção e se omitem.

22 de set de 2016 · Curtir · Responder · 2

Fonte: www.facebook.com

A esta altura, um forte sentimento de indignação e coletividade crescia entre docentes, alunos e servidores docentes do CPII, como reação natural a esses ataques. Eis que vieram as iniciativas Governamentais da PEC 241 (Proposta de emenda à constituição 241 que limita os gastos públicos, entre os quais, os investimentos em Educação). Foi quando eclodiram protestos em todo o Brasil, os movimentos de ocupação de escolas e Universidades públicas por seus estudantes se fortaleceram (imagem 4) e a categoria docente de diversas instituições deliberou pela greve.

**Imagem 4: mapa das ocupações em instituições educacionais públicas brasileiras em 2016.**



Fonte: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Disponível em: <https://awebic.com/brasil/ocupacoes/>

O momento em que o Brasil vivenciou o Movimento estudantil ocupando escolas e instituições de ensino superior e a mobilização de servidores públicos em greve contra reformas em leis que abrangem o investimento em Educação e o currículo da Educação básica, nos conduziu para um envolvimento ainda mais implicado com a pesquisa. Como expressão dessa implicação, nos reportamos às noções de *fragmentações e simplificações* (Macedo, 2011) que nos ajudam a compreender o momento político pelo qual estamos passando como o resultado de uma visão fragmentada da realidade, numa perspectiva perversa de medidas que parecem surgir da análise das partes pelo todo e que tentam agir sobre uma pretensa verdade totalizada que nos é imposta.

A visão fragmentada de uma realidade complexa acarreta prejuízos irreparáveis, como analisa Macedo (2011, p. 21):

Nas asas das fraturas epistemológicas chegam as simplificações, ou seja, as visões parciais da realidade, as explicações atomistas do mundo. Simplifica-se a economia reduzindo-a ao cálculo, com prejuízos sociais e humanos incomensuráveis diante desta perspectiva perversa de compreender e realizar as ações econômicas onde vidas humanas e processos de exclusão históricos estão implicados.

Não queremos aqui afirmar que os atuais movimentos sociais têm suas raízes fincadas nas tecnologias digitais de comunicação. Tampouco que nascem somente da condição de pobreza ou desilusão política (CASTELLS, 2013). Em tempos de cibercultura, acreditamos numa complexa e crescente rede de fatores que mobilizam emocionalmente pessoas de alguma forma interconectadas por indignações comuns que a injustiça muitas vezes incontestável provoca e que essa mobilização se dá através de um processo de ação comunicativa coletiva e em rede.

O que pudemos perceber nesse novo desenho de lutas é que ainda que distantes, ou não, em diferentes cidades e

lugares, as pessoas se organizavam e se mobilizavam juntas. Nas ruas, mão a mão, cartazes unidos, gritos e fanfarras ecoando juntos. No ciberespaço, *post a post*, imagem a imagem, memes a memes, *tuites a tuites*, curtidas e compartilhamentos. Ele veio ampliar esse cenário ao se constituir como um lugar onde os indivíduos podiam criar e pensar mobilizações, longe do controle instituído pelo Estado.

Nesse contexto, defendemos a ideia que as pessoas conseguem enfrentar o poder instituído se, ao conectarem-se entre si, transgredirem o pensamento individualista rumo a uma coletivização possível através de ações em prol da sociedade como um todo e concordamos com Castells (2013) ao ressaltar que essa conectividade será tão forte quanto mais forte e horizontal for a comunicação através de redes comunicativas interativas. E atualmente, a forma fundamental de comunicação e conexão generalizadas é mediada pelos usos das tecnologias digitais em rede. Dessa forma, é fundamental considerar o papel das redes digitais de comunicação sem fio (em mobilidade e ubiquidade) na caracterização de movimentos sociais como processos de criação de *espaçotempos* de luta, mobilização e formação próprios.

Desde então, é na mediação das redes digitais que muitos movimentos têm ganhado vida e força na atuação, engendrando uma nova cultura política no país. Embora não suficiente, acreditamos que a internet é um componente fundamental e indispensável na organização coletiva dos movimentos sociais de nossa época. Nos cabe assim, enquanto educadores e cidadãos, mergulharmos no desafio de formarmos e nos formarmos através de pensamentos críticos acerca dessa realidade.

Entre estudos, conversas no nosso grupo de pesquisas e vivências nos movimentos de ocupação e greve no Colégio, temos percebido essa realidade como fruto de sentimentos como medo, incerteza, indignação e, principalmente muita reflexão acerca da conjuntura social, cultural e política que desenham o atual cenário brasileiro. São sentimentos que se

entrelaçam e ao serem compartilhados; que se transformam em coragem e esperança e que buscam formas coletivas de reflexão e ação pautadas em táticas cotidianas de enfrentamento das injustiças. Ocupações e atos de greve, juntos, têm sido, portanto, momentos de intensa formação. E que exemplos desses atos podemos trazer do que vivemos no Colégio Pedro II para pensarmos essa formação?

## **2. MOBILIZA CP2: ATOS DE CURRÍCULO EM APP-LEARNING NA GREVE E OCUPAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II**

Partindo da noção de formação e currículo como duas dimensões imbricadas, encontramos no diálogo com a Teoria sobre Atos de Currículo de Macedo (2011) um caminho para pensar a formação docente para além do que acontece somente em espaços formais de aprendizagem e a partir de um debate reflexivo sobre as relações entre as mesmas. Assim iniciamos o diálogo na crítica aos currículos fragmentados, através dos quais tantas vezes somos levados a entender o mundo. Como se a vida pudesse ser explicada em partes simplificadas e antinômicas: pedaços de história, pedaços de Matemática, pedaços de Biologia, pedaços de Informática, tão fragmentados quanto impossíveis de serem praticados fora da escola.

Esta visão simplista e departamentalizada, consolidada na modernidade, nos põe diante de um conhecimento que não olha para nossas invenções e descobertas, num contexto em que as ciências em geral não dialogam entre si. Diante dessa problemática, em combate ao determinismo que tenta nos fazer acreditar que as coisas são como deveriam e que, portanto, não há razão para problematizarmos passado, presente e futuro, temos nos implicado com questões que entõem práticas humanas transformadoras de si e do mundo.

Imaginemos, se possível fosse, nossas culturas e história sem inovação; nossas vidas sem criatividade; as conquistas sem

as lutas ou ainda, nos mantermos inaptos diante do potencial e da plasticidade do digital em rede. O esforço aqui é para superar essas perspectivas de práticas formativas dicotomistas e incompatíveis com o contexto cibercultural, em que as redes estão dispostas de maneira tal a potencializar intensas trocas de saberes e experiências.

Outra importante vertente defendida por Macedo e com a qual concordamos é a “crítica à redução da qualidade da formação ao que simplesmente apontam indicadores numéricos, ou ao currículo como prescrição” (MACEDO, 2011, p.15). Ele vem propor reflexões e possibilidades sobre como os praticantes, intimamente ligados a seus contextos socioculturais, podem agir nas cenas curriculares e serem coautores dos seus processos de aprendizagem (formação) pelos seus atos de currículo. Nesse sentido os sujeitos são concebidos como coautores de si enquanto docentes criadores dos processos de formação que se dão continuamente no exercício de sua profissão e em sinergia com o contexto cultural do qual participam.

Assim, para além da ideia de formação como capacitação, treinamento ou qualquer outra ação que vise uma espécie de prescrição de si, acreditamos ser necessária a criação de tessituras entre currículo e formação que revelem o currículo dito formal como um dispositivo revelador de políticas e experiências educacionais que agreguem sentido ao ato de educar como práticas que são socialmente construídas. Nesse viés, um currículo em ato se constitui entre contradições e complexidades naturais das ações humanas e nas relações não-fragmentadas entre forma e conteúdo, instituído e instituintes, ciência e empiria.

Afirmamos então que *Atos de currículo* têm na essência das práticas docentes cotidianas os sentidos que lhe conferem vida. Defendendo o ato como um gesto ético, implicado e situado e tomando formação e currículo como duas dimensões inseparáveis, tais ações curriculares se constituem num potente analisador da *práxis* docente e é nesse processo que apresentamos

a seguir reflexões em coautoria e diálogos praticados na perspectiva da horizontalidade entre pesquisadora-praticante e sujeito-praticante da pesquisa. São questões atualizadas neste texto, ao narrarmos a criação do aplicativo *MobilizaCP2* como um dispositivo inventado por uma docente participante dos movimentos de greve e ocupação.

Para melhor compreender como a criação desse *App* e seus usos afetaram os praticantes e o movimento em si, consideramos importante a compreensão do conceito de App-learning. Esse termo foi inaugurado por Lucia Santaella no prefácio da obra organizada por Couto, Porto e Santos (2016) em que pesquisadores de renomadas instituições educacionais brasileiras e uma de Portugal apresentam textos no campo da Comunicação, Educação e Tecnologias que narram projetos e experiências ocorridas em diferentes espaços de aprendizagem como fenômenos da cultura digital em tempos de mobilidade e ubiquidade.

Embora ainda não haja um conceito para o App-learning, ousamos ensaiar aqui algumas noções que nos levem a caracterizar sistematicamente esse fenômeno. Trata-se de uma nova forma de aprender que faz ponte com a educação on-line, conceituada como o “conjunto de ações de ensino-aprendizagem mediadas por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade” (SANTOS, 2014, p. 63). As interfaces no caso do App-learning são os aplicativos para celulares e a centralidade é a formação enquanto experiência a ser compreendida em meio às ações curriculares emergentes da criação e dos usos desses artefatos culturais em práticas de *aprendizagem ensino* formais ou não.

Acreditamos que as práticas de App-learning possam engendrar atos de currículo e processos formativos que se constituem no cotidiano das invenções e usos de aplicativos, cultivados na vivência de experiências potencializadoras de novas práticas e fenômenos educativos. E assim apresentamos a experiência de App-learning vivida na criação e nos usos do *MobilizaCP2*:

Fonte: criado pelas autoras.

### 3 APP-LEARNING E OS USOS COLABORATIVOS DO MOBILIZACP2: “EU POSSO INSERIR INFORMAÇÕES NO SEU APLICATIVO?”

Era dia 14 de outubro de 2016. Os alunos estavam reunidos no bosque do Pedrão. Eram muitos meninos e meninas ecoando palavras de ordem do tipo: “Vamos votar!”, “Precisamos falar com os alunos do EJA, precisamos nos organizar!”. Era o início da ocupação.

Na sala dos professores, a notícia chega no Pedrinho. Mais ecos: “Eles vão ocupar! Como vai ser isso?”, “Mas os alunos do Pedrinho não ocupam. são pequenos.”. “Agora vai ter que rolar uma greve!”

Dia 19 de outubro. Pedrão ocupado. Novos ecos na sala dos professores: “Vamos ser impedidos de entrar por essas crianças?” “Gente, isso é uma ocupação, eles irão tomar conta.”. “Achei isso um absurdo; uma menininha de short impedir a minha entrada na escola, pedindo minha identificação?”

Dia 26 de outubro, lotando o auditório Mario Lago em São Cristovão, os docentes do Colégio Pedro II decidem entrar em greve a partir de 28 de outubro de 2016, dia do funcionalismo público. Nós todos votamos sim!

(Narrativas de Professoras do Colégio Pedro II)

As narrativas compartilhadas acima são memórias da greve mobilizada por professores do Colégio Pedro II em 2016. O cenário era de greve geral nos 14 campi da instituição, que se fortaleceu no movimento de ocupação dos mesmos por seus discentes. Nesse período em que várias ações emergiram, como assembleias locais e gerais, abraços às diversas unidades da escola e panfletagem nas ruas, a comunidade escolar (servidores, pais e alunos) começou a se organizar também virtualmente.

Espaços como grupos no *Whatsapp* e páginas no *Facebook* foram criados e habitados para que as discussões fossem feitas e ampliadas para além dos *espaçostempos* das assembleias. Alguns desses grupos, como o *MobilizaCPII* e o *Engenho na luta*, foram criados com o intuito de compartilhar informações sobre as reuniões do comando de greve e seus desdobramentos, além de serem espaços para conversas sobre dúvidas e medos acerca do movimento e organização de ações locais.

Essas ações locais demandavam estudos sobre alguns temas específicos e preparação de material didático para uso durante as palestras/conversas. Assim, o grupo foi também utilizado para que os materiais fossem planejados, compartilhados e discutidos em um exercício de escrita coletiva, não dos conteúdos de que cada docente-praticante é especialista, mas sim de ações que nos formaram e nos fortaleceram política e pedagogicamente nas reflexões de nossos atos, fossem individualmente ou enquanto grupo.

Percebemos e vivenciamos, tal como mostram as narrativas acima, múltiplas e coletivas formas de mobilização dos praticantes. O uso de um aplicativo no celular ou no computador, a busca de informações sobre os temas e o movimento cíclico de compartilhamento, debate, re(escrita) e novamente o compartilhamento em rede só confirmam o que diz Pretto (2010):

[...] a troca permanente de informações e conhecimentos possibilita a implantação de um círculo virtuoso de produção coletiva, inspirado na ideia de que conhecimento e cultura não são bens tangíveis e escassos, que ao serem consumidos se exaurem. Ao contrário, quanto mais eles circulam e são trocados, mais a criação é estimulada. Atribui-se a Bernard Shaw uma excelente frase que serve de metáfora para essa discussão: “Se você tem uma maçã e eu tenho uma maçã, e nós trocamos as maçãs, então você e eu teremos uma maçã. Mas se

você tem uma ideia e eu tenho uma ideia, e nós trocamos essas ideias, então cada um de nós terá duas ideias”. (s/p)

Ainda que de forma intuitiva e levados por um movimento político historicamente denominado greve, os praticantes culturais envolvidos, ora em lócus nas reuniões e assembleias em diferentes campi, ora no ciberespaço, exerciam suas autorias de forma descentralizada: criando e compartilhando narrativas de amor ao Colégio Pedro II, postando informes, datas, *links*, vídeos, compartilhando slides produzidos a partir dos debates presenciais ou on-line.

Não conseguiríamos listar aqui, uma a uma, todas as atividades e conteúdos que eram criados e compartilhados, tamanha diversidade dos mesmos. Nos diálogos em redes sociais como o *Whatsapp*, a verticalidade das postagens e o grande número de praticantes e seus *posts*, em alguns momentos, tornavam-se um dificultador do acesso e filtragem das informações mais relevantes. Isso acontecia devido o formato verticalizado dessas redes, com suas interfaces lineares.

Nas assembleias gerais, momento em que todas as unidades se reuniam para pensar, socializar ou ratificar estratégias para continuidade do movimento grevista, era disponibilizado um número grande de informações geradas a partir de assembleias locais. A assembleia geral como espaço de partilha nos dava uma visão global das atividades de cada campus e do colégio como um todo. A partir dessa realidade surgiram os seguintes dilemas: de que maneira filtrar as informações sem anular as narrativas formativas do grupo? E as narrativas e práticas desenvolvidas em outros campi: como e onde poderiam se unir a outras narrativas a fim de mostrar o panorama do movimento no colégio como um todo?

As inquietações acima e a implicação com o movimento deram origem ao aplicativo *Mobiliza CP2* (imagem 5), elaborado on-line no portal Fábrica de Aplicativos, por uma professora de Informática Educativa do Colégio, implicada

com o movimento e praticante da pesquisa que dá origem a este artigo. Seu invento buscou reunir de forma organizada as informações mais relevantes sobre o movimento como um todo (ações globais e locais de todos os campi em greve e das ocupações) utilizando ícones que apontavam para os espaços ocupados pelos praticantes nas redes sociais, a saber:

- Mobiliza Realengo – página criada no *Facebook* para socializar as ações realizadas pelos praticantes do Campus Realengo.
- Ocupa Tudo CP2 – páginas de todas as ocupações dos estudantes nos campus do Colégio Pedro II
- *Twitter* #eudefendoocp2 – reunião de todas as postagens do *twitter* com a #eudefendocp2
- Sindiscope – *feed* de notícias do site do Sindicato de docentes
- Eu defendo o CP2 – *feed* de postagens da primeira página criada em defesa do Colégio Pedro II
- Ocupa CP2 no Congresso – *link* para o site de Vaquinha on-line criado a fim de arrecadar fundos para enviar uma aluna para discursar no congresso e representar o Ocupa CP2.

Imagem 5: App MobilizaCP2: tela inicial



Fonte: criado pelas autoras

Em conversa com a professora autora do aplicativo, ela explicou que todos os dados, falas, informes, materiais didáticos produzidos, vídeos, diários das ocupações e as narrativas dos praticantes o alimentavam automaticamente e a todo instante através das redes. Dessa forma, o dispositivo se fortalecia na colaboração dos praticantes. O desafio era encontrar um meio de organizar as datas dos eventos de todos os campi de forma descentralizada, isto é, de um modo autônomo, em que cada docente postasse conteúdos e ao mesmo tempo tivesse acesso às informações das outras unidades. Tudo isso sem que fosse

necessário qualquer tipo de conhecimento mais rebuscado em informática.

Os primeiros convites para a colaboração no aplicativo foram feitos via *Whatsapp* para contatos pessoais de docentes de diferentes campi. Alguns desses contatos indicaram novos participantes que poderiam também colaborar e dessa rede teve início a alimentação e articulação de uma agenda coletiva e digital de todo o movimento. Nascia então nesse ato colaborativo um espaço para o encontro de docentes indignados e em constante formação e mobilização em rede.

Toda as pessoas escolhidas ou indicadas para serem colaboradores do aplicativo eram professores do Colégio Pedro II imersos em um movimento de greve ocorrido após as manifestações de 2013, que se iniciaram nas redes e foram para as ruas demonstrando o potencial dessa cultura do digital que oportuniza a autoria através das comunidades virtuais que se formam e nos formam.

Mas, ter presenciado as manifestações de 2013 ou estar inscrito em redes sociais não foi condição suficiente para que os docentes compreendessem logo de início o momento cibercultural no qual estavam atuando. Percebemos em nossas pesquisas que durante o processo inicial de inserção de informações no aplicativo, os docentes tinham dúvidas de que a eles foi dado um convite para (co)habitar um dispositivo hipertextual, criado e ampliado através de suas contribuições e de que não havia um autor (dono do *App*), mas sim coautores do processo. Era comum que os professores se reportassem à autora do aplicativo, pedindo permissão para postarem algum conteúdo. Foi somente ao longo das interações cotidianas através do *App* que esse sentimento de autorização na criação e uso de conteúdos colaborativos amadureceu.

Esse fato nos remete à reflexão das nossas ações no movimento como novos atos de currículo, novas forma de aprender e fazer que são potencializadas pelo digital em rede. O aplicativo que inicialmente era visto como de alguém que o criou e que deveria ser compartilhado somente com

autorização de sua autora passou aos poucos a ser entendido como coletivo a cada colaboração, compartilhamento de *links* no *Facebook*, a cada vez que foi objeto das falas dos companheiros em assembleia ou apresentações em congressos, etc. A vivência cibercultural proporcionada pelos usos do *MobilizaCP2* foi portanto uma forma que nós (docentes) encontramos de entender o fenômeno a partir dele, sendo parte ativa do processo e coautores da informação, de nossa própria formação e da formação de nossos pares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao vivenciarmos esses movimentos, antes de tudo, por acreditar no poder que temos de *re-existir* com nossos diálogos e práticas que se opõem a determinismos que possam de alguma forma comprometer nosso engajamento com a educação de qualidade como direito do cidadão, temos aprendido muito sobre a importância dessas experiências nas nossas formações. A consciência crítica e política que emergiu em atos coletivos de luta potencializados pela mediação das tecnologias digitais em rede, em mobilidade e ubiquidade, tem nos aproximado ainda mais do nosso trabalho, do objeto de estudo e dos praticantes da pesquisa.

Assim se fortalece nosso compromisso implicado com uma pesquisa de doutorado que ajude a compreender o lugar do docente (e aqui nos incluímos) na construção de uma sociedade crítica e colaborativa. Temos refletido nossas práticas e formações como fenômenos vivos nesses movimentos sociais em tempos de cibercultura. Especificamente sobre a informática em ato, pudemos compreender com os movimentos de greve e ocupação do Colégio Pedro II que, para mais que uma disciplina, esse saber foi praticado por docentes e discentes seguindo a lógica da transversalidade, tal como é na vida.

Da experiência cibercultural sentida nos movimentos cotidianos de greve e ocupações nos 14 campi do Colégio Pedro II, guardamos registros e sentidos formativos, nascidos

em nossas andanças, ora por espaços públicos da cidade, ora pelas teias do ciberespaço. Das ações mediadas pelos usos do App MobilizaCP2, podemos afirmar que temos compreendido cada vez melhor o sentido coletivo dos movimentos sociais e das ocupações como *espaçotempos* que potencializam atos de currículo baseados na mobilização e transformação social.

Outra dimensão a destacar é a relevância de estudos sobre práticas de App-learning como esforços de compreendermos como interagem e aprendem os sujeitos imersos na cultura digital mediada pelos usos de dispositivos móveis e seus aplicativos para a produção de saberes em *espaçotempos* de *aprendizagemensino* formais ou não. É uma área de conhecimento nova e que portanto precisa de mais investimentos de pesquisa.

Finalizamos dizendo que a ocupação não acabou, porque soou em nós como uma experiência formativa. Seus rastros estão em nós e em registros pelo ciberespaço. Essa é uma condição que a plasticidade e o potencial de conectividade das redes agrega as nossas reflexões e formações a cada vez que nos permitimos revisitar o que foi vivido através do acesso a esses registros digitais de greve e ocupação. A cada acesso, é sempre um reencontro com a experiência, com nossa formação política e com nossas compreensões de mundo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: ALVES, Nilda e BARBOSA, Inês (orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. 3 ed. Petrópolis: DP&A, 2008.

\_\_\_\_\_. Redes educativas 'dentrofora' das escolas, exemplificadas pela formação de professores. In: SANTOS, Lucíola, DALBEN, Ângela e LEAL, Júlio D. L. (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**: Currículo, Ensino de Educação física,

Ensino de Geografia, Ensino de História, Escola, Família e Comunidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010: 49-66.

ARDOINO, Jacques. **Para uma pedagogia socialista**. Brasília: Plano Editora, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 19ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COUTO, Edvaldo, PORTO, Cristiane, SANTOS, Edméa (orgs.); SANTAELLA, Lucia, prefácio. **App-learning: experiências de pesquisa e formação**. Salvador: EDUFBA, 2016.

LE MOS, André. (org.) **Cibercidade**. A Cidade na cibercultura. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACEDO, Roberto S. **Etnopesquisa crítica Etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **Atos de currículo formação em ato?** para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação. Ilhéus, BA: Editus, 2011.

\_\_\_\_\_. Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. In: **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n 3, p. 427-435, set.-dez. 2013.

PRETTO, N. **Um jeito hacker de ser**. 2010. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/nlpretto/?p=1809>> Acesso em 14/04/2017

ROCHA, Aline A. W. N. da. **Educação e cibercultura:** narrativas de mobilidade ubíqua. Rio de Janeiro, RJ, 2012, 58p. Mestrado (Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ROSSINI, T., SANTOS, E. Comunidade REA-Brasil no *Facebook* um espaço de ativismo, autorias, compartilhamentos e inquietações. In: PORTO, Cristiane, SANTOS, Edméa (orgs). **Facebook e educação:** publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 85-112.

SANTAELLA, Lúcia. **Ecologia pluralista da comunicação / conectividade, mobilidade, ubiquidade.** São Paulo: Paulus, 2010. – (Comunicação) ISBN 978-85349-3212.

SANTOS, Edméa de O. **Pesquisa-formação na cibercultura.** 1 ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

Submetido em: 17/02/2018

Aprovado em: 18/04/2018